

-----ACTA N.º 002/2005-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS
DE ABRIL DE DOIS MIL E CINCO -----**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e cinco, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício da Biblioteca Municipal, face a convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço, reuniu este Órgão com a seguinte **ordem de trabalhos**: - **Período de Antes da Ordem do Dia - Tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** - **Período da Ordem do Dia: 1.-** **Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2.-** **Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo, no valor de 537.693,00 Euros (quinhentos e trinta e sete mil seiscientos e noventa e três euros) ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 3.-** **Informação solicitada pelo Deputado Municipal João Costa da Silva relativa ao Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a Direcção de Estradas de Santarém para a passagem do troço da E. N. 238 a que respeita a alínea f), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 4.-** **Informação solicitada pelo**

Deputado Municipal João Costa da Silva a que respeita a alínea d), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 5.- Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 6.- Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

-----Eram vinte horas e cinquenta e cinco minutos quando, verificando-se a existência de “quorum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, deu início à Reunião. **PRESENTES** os seguintes **Deputados da Assembleia Municipal**: - António Fernando Lopes Carraço, Manuel da Conceição Antunes Ribeiro, João Costa da Silva, Adriano Jorge Dias Rebelo, José António Machado Alcobia Fernandes, Eduardo José Ferreira Mendes, José Augusto da Silva Cruz, Aurélio da Conceição Nunes, Eurico de Alcobia, Isabel Rosário Baptista, Aires Ferreira Graça, Hélder Filipe Gomes Pereira Cruz, Bruno Miguel Alves Silva, Carlos Manuel Garcia Ferreira, José Marques Nunes, Fernandinho Gomes Lourenço, Agostinho da Cruz, José Manuel Martins Russo, Fernando da Conceição Ribeiro, Manuel Cardoso Lourenço, João Paulo Antunes Henriques, José Saramago Heitor Amaro e Francisco Baptista. **AUSENTES**: Rui Manuel Duarte Marques. **A Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e pelos senhores vereadores, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, Carlos Alberto Mendes Martins e Carlos Ferreira Salgado. **Composição da Mesa da Assembleia Municipal**: Presidente da Mesa da Assembleia, António Fernando Lopes

Carraço, 1.º Secretário Eurico de Alcobia e 2.º Secretário Aires Ferreira Graça.-----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** Foi recebida e aceite a justificação de falta do Deputado Municipal Rui Manuel Duarte Marques à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

----- **ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:** Colocada a apreciação a Acta da 1.ª Sessão Ordinária realizada em 25/02/2005, registaram-se as seguintes intervenções: -----

----- **Deputado Municipal Eduardo Mendes** interveio fazendo a seguinte declaração de voto: “Entendo que é pouco ortodoxa a transcrição dos tipos e corpos de letra de um documento que foi lido na Assembleia Municipal passada mas não foi distribuído aos Senhores Deputados. Seria demasiada exigência ter de confrontar o ênfase e a pontuação para poder garantir que a qualidade da leitura aqui feita corresponde ao que está agora no texto. Assim eu irei votar contra esta acta”. -----

----- **Deputado Municipal João Costa** interveio para perguntar a que documento se queria referir o Deputado que o antecedeu. -----

----- O Deputado Municipal Eduardo Mendes não quis responder à pergunta. -----

----- **O Deputado Municipal João Costa** insistiu perguntando ao Presidente da Mesa a que documento se referia o Deputado. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que também não sabia a que documento se referia o Deputado. -----

----- **Colocada a votação a acta foi aprovada por 17 votos a favor, 5 abstenções e 1 voto contra.** -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.º Ponto:- Período de tempo reservado à intervenção do público, nos termos do n.º 6 do art.º 84.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e**

republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro-----

----- **O Deputado Municipal Adriano Rebelo** referiu que ia intervir na qualidade de cidadão para ficar em igualdade de circunstâncias porque ia falar sobre toponímia. Houve na Pombeira uma reunião sobre o tema, da qual só teve conhecimento *à posteriori* pelo que não pode estar presente. Por isto solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, à Comissão Municipal de Toponímia e também ao Presidente da Câmara que considerassem a sua proposta. Propôs que a rua principal da Pombeira, para a qual sugeriram “Rua da Albufeira”, se designe, de acordo com o artigo 9.º alínea b) do Regulamento, “Rua da Escola Primária” de modo a homenagear quem lá aprendeu e quem lá leccionou. Como a Pombeira tem dois aglomerados e, para contento de todos, sugeriu ainda que este nome seja dado desde o inicio da rua até ao primeiro aglomerado e que a partir daí se designe então “Rua da Albufeira”. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** dirigindo-se aos presentes informou que recebeu, com agrado, as actas da Câmara Municipal, e na acta n.º 84/2005 de 27 de Janeiro, consta que foi assinada a consignação da ligação do IC3 e já está iniciada, facto que o deixa muito feliz estando a Câmara de parabéns. Comunicou aos Deputados que houve várias pessoas que tiveram alguma coisa a ver com aquilo, nomeadamente o cidadão Álvaro Tavares, do Vale Serrão, o Eng.º Jorge Coelho, o Eng.º Eugénio Nobre e o empurrão final, que pôs isto nos carris, chama-se Almeida Santos enquanto Presidente da Assembleia da República. Teve o grande prazer de, no gabinete dele, com o Sr. Presidente da Câmara entregar um dossier e, ele no mesmo momento, minutou um pequeno memorando para o Ministro das Obras Públicas.-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra ao

Presidente da Câmara Municipal.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse que, com todo o respeito que lhe merece o Dr. Almeida Santos, é verdade que lhe entregou o dossier, agora que ele tenha feito o que o Deputado João Costa disse é mentira. Não sabe o que é que o Dr. Almeida Santos fez, mas o que é certo é que o processo esteve parado até que o Governo do Partido Social Democrata tomou posse. Foi a partir daí que o processo dos acessos avançou. O Deputado João Costa finalmente está a identificar-se com a força política que se tem vindo a dar a entender. Em relação à toponímia aceita e entende a ideia do Deputado Adriano Rebelo. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** pediu ao Deputado Adriano Rebelo que lhe esclarecesse se antigamente se chamava Pombeira de Cima e Pombeira de Baixo, à localidade da Pombeira. -----

-----**O Deputado Municipal Adriano Rebelo** explicou que efectivamente a Pombeira sempre foi dividida em três zonas. Pombeira, Pombeira do Meio e Casal.

O Dr. Paulo Neves solicitou o uso da palavra para perguntar quem compõe a Comissão Toponímica porque não sabia que já tinha sido constituída. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** informou que a Comissão é constituída pelo Presidente da Câmara a quem representa, o Presidente da Assembleia, o Presidente de cada Junta de Freguesia e um elemento escolhido por essa Junta de Freguesia. -----

-----**O Dr. Paulo Neves** alegou que não era isso que constava do regulamento. Sabe o que diz o Regulamento não sabe é quem são as pessoas que ocupam os cargos. Há um cidadão designado para pertencer à Comissão de Toponímia, não é um por cada freguesia, é um cidadão, para além dos cargos que o Sr. Presidente referiu que é convidado. Gostava de saber qual foi o cidadão designado para esse

cargo. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** disse ao Dr. Paulo Neves que o informava por escrito da constituição da Comissão de Toponímia.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**1.º Ponto:-** **Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----**O Deputado Municipal Adriano Rebelo** solicitou o uso da palavra para dar os parabéns a quem elaborou aquele documento. Em seguida referiu que a sua intervenção não era tanto no aspecto técnico mas sim político. Os Vereadores do Partido Socialista fizeram as suas referências negativas ao relatório de gestão. O Presidente da Câmara veio pôr a claro determinadas situações. Referiu apenas uma, que o sensibilizou, e que é efectivamente o ponto 2. Citou alguns excertos do relatório de gestão nomeadamente no que respeita a transportes escolares, subsídios a instituições e associações. Fez referência ao passeio “Todo o Terreno” em que tiveram a grande participação dos Presidentes da Junta de Freguesia do Bêco e Dornes e da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere que patrocinou o jantar. Referiu depois também os livros, bolsas de estudo e apoio aos almoços do ensino básico. Esta parte sensibilizou-o pelo que disse que, com toda a lisura, só tem uma posição que é votar favoravelmente o relatório de gestão de contas. -----

-----**O Deputado Municipal José António Machado A. Fernandes** solicitou o uso da palavra para clarificar a opinião que foi dada na intervenção anterior quando referiu o “Todo o Terreno”, e os apoios. Claro que a Câmara teve um papel fundamental, mas ao referir Juntas de Freguesia falta a Junta de Freguesia de

Ferreira do Zêzere, o empenhamento da Associação Humanitários dos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Zêzere, o Sport Clube de Ferreira do Zêzere e todas as instituições particulares que apoiaram aquele evento. -----

-----Analisados os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano económico de 2004 procedeu-se à votação tendo sido obtidos os seguintes resultados: **dezasseis votos a favor, sete abstenções e zero votos contra.**-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia** perguntou se alguém se opunha a que todos os pontos ali aprovados fossem aprovados em minuta. Ninguém se opôs.---

-----**2.º Ponto: - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para contracção de empréstimo, no valor de 537.693,00 Euros (quinhentos e trinta e sete mil seiscientos e noventa e três euros) ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** a propósito dos empréstimos, lembrou que já numa Assembleia anterior chamou a atenção para o facto de a Câmara se estar a endividar a longo prazo. A futura Câmara só tem que gerir dividas, porque a Câmara está empenhada, não há dinheiro para investimentos. Com empréstimo a 20 anos estão a hipotecar o futuro. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** dirigiu-se ao Presidente da Câmara e Vereadores perguntando se o empréstimo já tinha em vista a orçamentação a que se destina, se era para despesas correntes ou para alguma obra em especial.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** em resposta às questões colocadas referiu que era evidente que ao contraírem um empréstimo se estavam a endividar, mas obras sem dinheiro ninguém faz. Informou também que o endividamento da Autarquia naquele momento era cerca de 47% da sua capacidade de endividamento.

O empréstimo destina-se às infra-estruturas da Zona Industrial e ao Edifício Sócio Cultural. -----

-----Analisado o pedido de autorização solicitado pela Câmara Municipal para contracção de empréstimo no valor de 537.693,00 Euros destinado às obras de Infra-estruturas da Zona Industrial e do Edifício Sócio Cultural, a Assembleia Municipal **deliberou por maioria, com dezassete votos a favor, uma abstenção e cinco votos contra** autorizar a contracção do referido empréstimo e a mesma deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**3.º Ponto: Informação solicitada pelo Deputado Municipal João Costa da Silva relativa ao Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a Direcção de Estradas de Santarém para a passagem do troço da E. N. 238 a que respeita a alínea f), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** interveio expondo a sua dúvida. Na acta n.º 77 da Câmara consta “desclassificação do troço da Estrada Nacional 238”, e não se recorda de ter vindo à Assembleia a proposta da Câmara a pedir aquela afectação, e deveria vir, de acordo com o artigo 53.º n.º 4 alínea b) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, do qual procedeu à leitura. Daí que pediu esclarecimento à Câmara sobre o assunto. Continuou dizendo que tem acompanhado várias construções (IP4, IP5 e IP6), e quando se constrói este tipo de vias, como é aquela que agora se vai construir, é natural que a E.N. 238, na extensão que a nova variante vai cobrir, passe quase automaticamente para a Câmara. Perante isto perguntou qual era a ideia de adquirir encargos para o Município antes de terem alternativas. Porque é que o Instituto de Estradas de Portugal não continua, ele próprio, com o encargo de a manter. Ao que julga saber a ponte do Vale da Ursa começa a ter problemas. Pediu

que lhe dissessem tudo sobre isto.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** em resposta ao Deputado Municipal que o antecedeu começou por perguntar se este leu a acta da Câmara de 04/11/2004. Nesta acta está bem explícito: “desclassificação do troço da E. N. 238 - porque o troço de Estrada Regional 238 desde a entrada do concelho até à saída da povoação de Vales corresponde a uma parte muito urbanizada e o trânsito que daquele troço se serve, reveste características marcadamente urbanas, deliberou a Câmara por unanimidade solicitar ao Instituto de Estradas de Portugal e sem prejuízo da revisão do traçado daquela estrada no troço entre Ferreira do Zêzere e Vale Serrão...” o que quer dizer que a Câmara recebeu o troço de estrada desde o início do concelho até aos Vales. Foi uma negociação que também teve por consequência um protocolo que se assinou para que o Instituto de Estradas refaça a estrada para Vila de Rei. Quanto ao facto do assunto não ter ido à Assembleia foi que, por entendimento do consultor jurídico da Câmara, não seria necessário. No entanto também não diz que o assunto não terá que ir a Assembleia, para rectificação, numa próxima oportunidade.-----

-----**O Deputado Municipal João Costa** afirmou no entanto que o Decreto-lei é taxativo e a Lei não se pode ultrapassar assim. Consultou outros consultores jurídicos e esses consultores jurídicos são taxativos. O facto é que passou pura e simplesmente a camarária sem a devida autorização da Assembleia. Estão nitidamente com “o carro à frente dos bois” e não gosta muito de “engolir sapos”. O Presidente da Câmara tinha que ir, primeiro, à Assembleia com aquela proposta. Seguramente que a Assembleia votaria favoravelmente. Não podem é depois do facto consumado ir fazer uma coisa que já deviam ter feito. Isto não tem suporte jurídico e não está dito que o Instituto de Estradas vai manter a manutenção.-----

----- **O Deputado Municipal Manuel Lourenço** interveio dizendo que em

relação a este ponto não tinham qualquer informação para o analisar, pelo que teve o cuidado de telefonar ao Vereador do Partido Socialista para saber se de facto tinha passado em reunião de Câmara aquele assunto, facto que lhe foi confirmado. Questionou para que serve a Assembleia Municipal e porque é que se passa por cima de um órgão deliberativo que só é, em seu entender, chamado para apreciar e resolver os assuntos que a Câmara bem entende. Se no futuro isto for por diante, a Assembleia é imune a isto, fica à parte de qualquer problema e de ser chamada à responsabilidade. -----

-----4.º Ponto: Informação solicitada pelo Deputado Municipal João Costa da Silva a que respeita a alínea d), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal solicitou ao Deputado Municipal João Costa que tecesse algumas considerações acerca daquele ponto.-----

-----O Deputado Municipal João Costa interveio esclarecendo que solicitou, ao abrigo da legislação, a informação sobre as empresas e as associações municipais onde a Câmara tem participação efectiva. Foram-lhe mandados três relatórios de contas. Obviamente o que quer ouvir da Câmara é uma explicação consentânea com os relatórios porque olhar para o relatório já olhou. Pediu ao Presidente da Câmara que lhe fizesse um briefing sobre aquelas situações para ficar mais esclarecido e para saber quais as vantagens e desvantagens para o município nessa área. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que ia dizer apenas que os relatórios foram enviados e cada um deve interpretá-los. A “Tagusgás” é a concessionária que há-de trazer o gás natural a Ferreira do Zêzere. A “Municípiã” é uma empresa que se dedica à cartografia. As “Águas do Centro” todos sabem o que

é. Depois há as Associações de que o Município é sócio das quais foi enviada a subscrição de capital e o valor da quota mensal de cada Associação. -----

-----**5.º Ponto: Apreciação da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Adriano Rebelo** referiu que era evidente que se tratava de um relatório bastante descritivo de uma parte do que tem sido feito, e em que se refere um assunto que lhe diz muito respeito na medida em que esteve na origem dele, ou seja o pontão que está feito na Ribeira de Castro que liga a Pombeira a S. Pedro, zona que será no futuro uma excelente zona turística. Era seu propósito estar ali, conjuntamente com a Comissão de Festas de S. Pedro de Castro, a apresentarem o reconhecimento por uma obra que enriquece o município mas que sobretudo dá segurança total a quem ali passa. Está realmente uma obra excelente, e haveria muito mais reconhecimento a outras pessoas mas cingiu-se unicamente ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador Flores, pessoas que “massacraram” demasiado até aquela feitura. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** pegando nas palavras do deputado que o antecedeu referiu que aquelas obras que a Câmara levou por diante e bem, só pecavam pela tardia. Ainda o Deputado Adriano Rebelo não estava na Assembleia Municipal a Câmara foi confrontada com uma proposta/ideia do então presidente de junta Sr. Carlos Salgado, há 11 anos, para que se resolvesse aquela situação. Perguntou se aquelas obras estavam contempladas no plano de actividades da Câmara para 2005 pois representam um valor que não está calculado. Porque razão foram feitas só agora, será porque estão à porta de eleições? -----

Não havendo mais intervenções a registar passou-se ao ponto 6 da Ordem de Trabalhos. -----

-----**6.º Ponto: - Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** começou por informar que ia falar de educação. Em Ferreira do Zêzere era hábito dizer-se obrigado e espera que continue. Era importante salientar este facto porque até há línguas onde a palavra “obrigado” não existe. Em Japonês, segundo dizem os sábios, foi importado do português e traduzido. Uma das maneiras que os Municípios têm de dizer obrigado é a atribuição de medalhas municipais. Em tempos, com o falecido Dr. Chita, apresentaram um projecto de regulamento da medalha municipal que não obteve consenso com a Câmara. Depois disso várias vezes se falou de pessoas a quem ali foi aprovado que se viesse a atribuir uma medalha e nada foi feito porque não há regulamento. Assim, entregou ao Presidente da Assembleia Municipal dois regulamentos, um da Câmara Municipal de Lisboa outro da Câmara Municipal de Loures pedindo-lhe o favor que os encaminhe para a Câmara Municipal. A questão que se levantara com o outro regulamento que ali trouxera é que era um regulamento antigo e entendia-se que estava muito próximo de noções militares e disciplinares e não sabe se fascistas. Estes que são recentes e de municípios cuja democraticidade e visão esquerdista nenhum terá dúvidas, espera que possam ser aproveitados. Deixou assim um apelo para que se faça um regulamento para uma medalha ou medalhas municipais, que permita com a atribuição das mesmas dizer obrigado e distinguir as pessoas individuais ou colectivas cuja actividade tenha trazido, de facto, uma mais valia para o Município de Ferreira do Zêzere. Em relação à toponímia já se falou ali

e pensa que é consensual que a atribuição dos nomes das ruas muitas vezes é feita ao sabor das modas do momento e depois passados uns tempos não se sabe quem é a pessoa. Ora realmente a grandeza dos vultos que marcam a história e que foram agentes de transformações é aquele que com o correr dos tempos vão crescendo, enquanto as celebridades fúteis vão-se desvanecendo. Crê que a figura de João Paulo II será incontornável em qualquer compendio que daqui a alguns anos venha a debruçar-se sobre o virar do milénio. Teve uma acção notável no mundo, visitou Portugal e ainda ecoam as suas palavras que motivaram milhares e milhares de pessoas. Tem cabimento na alínea c) do artigo 9.º do Regulamento Municipal de Toponímia, pelo que deixa a sugestão à Câmara. -----

-----**O Deputado Municipal Manuel Lourenço** no uso da palavra começou por realçar a preocupação do Presidente da Assembleia em fazer chegar aos Deputados Municipais toda a documentação que aquela Assembleia comporta. Crê que teve a preocupação de ela chegar com mais alguns dias de antecedência do que o normal, o que regista com agrado. Por outro lado também receberam as actas das reuniões de Câmara de sete meses e crê que não dá tempo para que as possam ler na devida altura e estarem mais “em cima do acontecimento”, daquilo que os senhores Vereadores conversam, discutem e aprovam. Apelou para que no futuro não deixassem juntar tantas actas. No plano de actividades de 2004 foi incluído o alcatroamento do Maxial e nestes quatro anos, desde que tomaram posse, tem vindo a pedir à Câmara este alcatroamento. É o lugar do concelho mais distante da freguesia que não tem alcatrão. Podem de facto debater se tem muita ou pouca população, mas isso hoje está ultrapassado. A pergunta que deixou foi se a Câmara ia ou não proceder ao alcatroamento até às eleições. Lembrou a Assembleia que o anterior presidente de junta, Sr. Carlos Salgado, pediu o muro da Bela Vista ao

Freixo e que só há pouco tempo foi concretizado. Passaram-se 4 anos e 100 metros de muro e 100 metros de arruamento. Em relação às obras do Salgueiral, na última Assembleia votou contra a acta porque entendeu que não concordava com ela. O que está escrito e que teve oportunidade de ouvir está de facto conforme a acta. Votou contra porque o Sr. Presidente da Câmara disse que as placas iam ser colocadas nas Gontijas, como era obrigatório, de lei. Foram colocadas no Salgueiral e não foram colocadas nas Gontijas. Houve um tratamento diferente em relação à Junta das Areias. A Câmara aceitou as duas obras, a do Salgueiral e a das Gontijas e o tratamento não foi o mesmo. No Salgueiral fez a ponte entre os munícipes, o Eng.º da Câmara, o Vereador Jacinto e o Presidente da Câmara. Quando se certificou de que as manilhas não iam ser colocadas telefonou ao Presidente da Câmara a chamar a atenção. O Sr. Presidente da Câmara tentou de facto convencê-lo a que a Junta colocasse as manilhas, então perguntou se o Presidente estava a brincar com ele porque estavam a falar de 50 a 60 manilhas que importam num valor que não comportava no Orçamento da Junta nem fazia parte do Plano de Actividades da Junta e portanto jamais poderia alguma vez embarcar nisso. O Município Sr. Manuel Marmelo, muito chateado porque anos atrás deu o terreno ao público, queria resolver a situação. O assunto de facto não foi resolvido, ficou ali um perigo e a Câmara reconheceu-o porque colocou lá uma sinalização. O Vereador Jacinto disse que na altura a obra não foi acabada porque já não havia verba para isso, já havia trabalhos a mais. Na altura disse que aqueles 300 metros que se iam alcatroar nas Gontijas, onde não havia população, que se gastasse esse dinheiro no Salgueiral, facto que só dignificava a obra da Câmara. Na altura o Presidente da Câmara perguntou-lhe o que é que ele tinha contra os empresários. Se alguém ali tem estado contra os empresários é o Sr. Presidente da Câmara e a sua maioria, porque as Zonas

Industriais servem para colocar os industriais e os empresários, e se alguém tem adiado conseqüentemente a Zona Industrial é o PSD. -----

-----**O Deputado Municipal Antunes Ribeiro** interveio pedindo ao executivo, no seu todo, um maior respeito pela Assembleia. Este executivo, no seu todo, tem frequentemente pouco respeito pela Assembleia, se calhar porque alguns não merecem mais respeito, mas as atitudes dos outros não devem levar a que se seja incorrecto. Vai haver eleições em Outubro e gostava que as pessoas eleitas, na altura, se forem as mesmas, alterem o comportamento e se forem outras tenham respeito pela Assembleia porque esta tem a função de fiscalizar o executivo. Questionou em seguida o que é que a Câmara pensa fazer em termos de acções para minimizar os efeitos da seca. Não sabe se se justifica por exemplo, para rega, dispor-se de água directa sem ser tratada. Não sabe se as bocas de incêndio deviam ser com água não tratada e não sabe também se deviam dar o exemplo. Não têm todos a mesma educação, infelizmente, mas andar a regar relva com mangueiras de polegada sem um dispersor é capaz de tirar autoridade moral para mais tarde chamar a atenção dos outros para não gastarem água mal gasta. Também não sabe o que está pensado em relação aos eucaliptos porque não vale a pena andarem a dizer aos pobres que tomam banho todos os dias que não o podem fazer, quando no concelho a água custa tanto àquele que se serve dela para os bens essenciais como àquele que se serve dela para criar mais valia e fazer negócio. Deixava aquelas questões para que meditassem, não queria que considerassem que a sua oposição não é construtiva. Só se opõe às coisas com que realmente não está de acordo. Há cerca de 8 anos numa entrevista na televisão disse que aqui não havia uma via rápida, um IC, um IP, uma Auto-estrada, não havia nada e foi acusado pelas pessoas que entenderam que o deviam fazer. Agora que o acesso ao IC3, não sabe se foi o Dr. Almeida Santos ou

não, sabe é que este foi bastante maltratado quando veio ao concelho na qualidade de segunda figura do país, e até foi chamado de papa almoços.-----

-----**O Deputado Municipal Agostinho da Cruz** interrompeu dizendo que o Deputado Municipal Antunes Ribeiro estava a dizer uma grande mentira, porque acompanhou a visita toda desde que chegou até que foi embora e ninguém o tratou mal. ---- -----

-----**O Deputado Municipal Antunes Ribeiro** retomou a palavra dizendo que no jantar o Dr. Almeida Santos teve oportunidade de dizer que as curvas da Alviobeira eram uma vergonha. Explicou que o que na realidade queria dizer quando afirmou que há 8 anos não havia aqui nenhuma via rápida, as pessoas acharam que fez mal, e actualmente ainda antes de concluído o acesso já estão a tomar atitudes de satisfação e felicidade por aparecer este acesso.-----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** no uso da palavra disse que gostou muito do discurso do Deputado que o antecedeu, mas a última parte não gostou, porque julga que ninguém lhe disse que as curvas da Alviobeira eram boas. --

-----**O Presidente da Câmara Municipal** em resposta às questões colocadas começou por dizer ao Deputado Manuel Lourenço que não lhe podia prometer se faziam ou não o alcatroamento do Maxial. Está previsto e vão tentar. As placas, quando disse que era obrigatório se calhar faltou-lhe um pormenor, que é dizer que são obrigatórias quando se trata de fundos comunitários, no entanto e por uma questão de justiça, de equilíbrio, equidade e respeito pelo que se diz foram colocadas nas Gontijas . As manilhas no Salgueiral, disse na altura se a Junta queria fazer uma “vaquinha” com a Câmara, e não foi por desculpa que lhe disse, que em termos de trabalhos a mais não podiam ir mais além do que estava feito. Quanto à Zona Industrial, em sua opinião, vem na altura certa porque vem na altura dos acessos.

Ninguém viria instalar-se em Ferreira do Zêzere com os acessos que tinham. Pela sua parte tem todo o respeito pela Assembleia e pensa que toda a Câmara o tem. Se há falhas não é por falta de respeito. Quanto à seca estão atentos e felizmente, em termos de abastecimento de água ao domicilio não vão ter problemas, no entanto estão a alertar as pessoas para a poupança de água servida ao domicilio. Podia muito bem acontecer que as bocas de incêndio fossem de água não tratada só que tinha que ser feita nova canalização com os custos que lhe estão inerentes. Não concorda quando diz que o preço é igual para os que gastam muito e para os que gastam pouco, ou para os ricos e para os pobres. Não é assim. Os menos ricos gastam menos água e esta é mais barata nos escalões mais baixos. -----

-----**O Deputado Municipal Antunes Ribeiro** solicitou o uso da palavra para esclarecer que o que quis distinguir foi a água utilizada para as atitudes básicas de uma família qualquer e a água utilizada para criar mais valias em actividades económicas. Também falou nos eucaliptos e na autoridade moral, até porque pelos cargos que desempenham têm que ser mais cuidadosos. Os eucaliptos é um problema mais de fundo, aliás o problema da água é um problema que não têm só a ver com a seca. Há já muito sitio onde até as águas de esgoto depois de tratadas são utilizadas para regas e isso é com certeza muito mais caro. É claro que o problema é sempre um problema técnico-económico. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** interveio para questionar a Câmara sobre alguns assuntos que lhe parece que são de questionar. Na reunião de Câmara de dia 4 de Novembro o Vereador Carlos Salgado chamou a atenção para a estrada da Pombeira, que é uma estrada nova e já está a precisar de arranjo. Há com certeza uma comissão de análise das propostas para adjudicar estas empreitadas, e há com certeza uma fiscalização que acompanha a construção destes pavimentos. Se uma

estrada tão nova já precisa de arranjos, alguma coisa vai mal com as comissões que analisam estas situações. Depois há outra situação que se prende com a construção da Central de Camionagem. Também esta obra foi posta a concurso, houve vários concorrentes, teve que haver uma comissão que analisou toda esta situação. Não faz ideia de quem é a comissão mas com certeza que a Câmara lhe saberá responder. Depois existem trabalhos a mais, nesta situação da Central de Camionagem. Não sabe se eles são justos se não são, mas uma coisa lhe despertou a atenção. Essa comissão de análise, ou lhe faltam alguns dados técnicos ou algum conhecimento, porque os trabalhos a mais são “reforço da estrutura de betão armado ao nível da sapatas”. Então esta comissão não tem nenhuma responsabilidade quando põe a concurso isto depois de estar tudo analisado, porque são várias vertentes. Parece-lhe que é altura da Câmara chamar à responsabilidade esta comissão técnica de análise do processo que é posto a concurso. Sinceramente alguma coisa não vai bem. Supõe que em Novembro aquelas sapatas já estavam cheias e só à posteriori é que vão fazer aquilo, com que técnica? Então esta comissão técnica que municia a Câmara para pôr a concurso esta situação, deve ser chamada à atenção e também o Vereador responsável. -----

-----**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** lembrou que o Deputado Antunes Ribeiro na sua intervenção disse que deviam ter alguma moral para chamar a atenção dos outros, pelo que disse que os Deputados mais dinâmicos desta Assembleia ultrapassam em muito o que está regimentado quanto ao tempo, de modo que pediu ao Deputado João Costa para ir terminando a sua intervenção. -----

-----**O Deputado Municipal João Costa** retomou a palavra perguntando o que é que se passava com aqueles trabalhos a mais, o que é que foi posto a concurso, porque é que depois da obra começada é preciso reforçar as sapatas e depois da obra

feita é preciso cortar para as camionetas entrarem lá. Estava a fazer perguntas sérias porque isto custa dinheiro aos munícipes, custa dinheiro à Câmara e custa dinheiro à comunidade. Há uma coisa que se chama maus actos de gestão. Na última Assembleia tinha ali prometido uma coisa que não vai poder cumprir, facto pelo qual pediu desculpa. Viu numa acta que recebeu da Câmara, do dia 16 de Dezembro de 2004, a recepção provisória dos Paços do Concelho em que foi aprovado pela Câmara a revisão de preços. O empreiteiro tem direito a fazer revisão de preços, mas a Lei n.º 6/2004, artigo 6.º condiciona isso e, esta revisão, como vem na acta é uma revisão de preços a tudo. Já houve trabalhos a mais, houve materiais que foram pagos, aumentado o preço e diminuído a qualidade e depois ainda se deixa à empresa uma revisão de preços que não é condicionada a coisa nenhuma. A pergunta que fez foi para quê uma revisão de preços geral. Informou que por exemplo em 2004 não houve aumentos de pessoal porque não foi negociado o CCT da construção civil, do qual faz parte. Pelo menos isso não entra na revisão de preços, mas parece que sim e é uma das coisas que está condicionada. Questionou porque é que se deixou rédea livre ao empreiteiro e o que é que o Eng.º Campelo dizia sobre aquilo uma vez que não condicionou no parecer dele.-----

-----**O Deputado Municipal José António Machado A. Fernandes** lembrou que numa das últimas Assembleias foi feita referência ao mau estado de conservação de algumas zonas de estacionamento no centro da vila. Foi feita a promessa pela edilidade que isso estava contemplado nos arranjos exteriores da mesma. Uma vez que as coisas ainda não estão a funcionar perguntou se de facto a edilidade pensa arranjar o estacionamento que vai para a Policlínica que está num estado péssimo, agravado pelo facto de ter um lugar para uma ambulância.-----

-----**O Deputado Municipal Antunes Ribeiro** interveio dizendo que de facto

fez um reparo ao executivo em relação ao respeito pela Assembleia, e poderia ser mal interpretado se por acaso também não se referisse à Assembleia. De facto os membros da Assembleia também devem ser educados e correctos uns para com os outros, sobretudo aqueles que tiveram o privilégio de ir à escola, porque outros, coitados, não tiveram tanto esse privilégio e às vezes não por mal são menos correctos só por ignorância. Para os que tiveram acesso à escola, como é o seu caso, acha que se devem respeitar todos uns aos outros, para terem também autoridade moral para pedirem ao executivo que os respeite. -----

-----**O Deputado Municipal Eduardo Mendes** na sequência da intervenção do Deputado João Costa recordou que várias vezes o Sr. Deputado tem alardeado naquela sala os seus conhecimentos das artes da construção civil, coisa em que francamente, ele, Eduardo Mendes, não percebe nada. Aliás ainda há dias o Deputado João Costa evocava na Assembleia o Professor Edgar Cardoso levando a crer que pisaria os mesmos caminhos e que portanto é pessoa entendida nestas coisas. Também referiu ali os seus conhecimentos em participar no Contrato Colectivo de Trabalho. Certamente desconhece, e nisso não acredita, e tem muitas dificuldades em perceber que um homem com tantos conhecimentos não saiba que o cálculo de sapatas dos pilares é em função de duas coisas: do peso específico do que tem que aguentar e do tipo de solo em que vão assentar. Muitas vezes só no decorrer da obra, porque não foram feitos estudos geológicos, é que se descobre o tipo de solo. A dúvida que lhe fica é se o Deputado João Costa quando coloca estas perguntas quer de facto algum esclarecimento ou se pretende lançar a confusão. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** começando pela estrada da Pombeira referiu que teve problemas porque quiseram meter saneamento e alcatrão e tudo na mesma altura, e é assim que deve ser. Há comissão de análise que são os técnicos da

